

# A VELHA GUARDA

ÓRGÃO LOCAL DO PARTIDO REPUBLICANO PORTUGUÊS

Editor:

Propriedade da Empresa de A VELHA GUARDA

Director:

ALCINDO DIAS PEREIRA

VITORINO SIMÕES LOPES SAMPAIO

Redacção e Administração: Rua 31 de Janeiro, 165 — Composto e impresso na Tipografia MINERVA VIMARÂNENSE: Rua 31 de Janeiro — GUIMARÃES

O que há...

Uma entrevista com o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Capitão Luís de Pina acerca do novo bairro da cidade em volta

Ainda o milho

Há dias pairou sobre a cidade um clarão de júbilo e contentamento. Um telegrama vindo de Lisboa e assinado pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Mota Prego, presidente da nossa edilidade municipal anunciava para já a concessão de uma unidade militar a Guimarães e outras coisas mais.

A notícia foi acolhida com bem justificado entusiasmo e imediatamente as forças vivas da cidade se movimentaram para preparar uma recepção festiva aos Srs. delegados da Câmara que tinham arrancado ao governo um gesto de justiça há muito reclamado.

Sábado pela tarde, ao aproximar-se a hora da entrada nas agulhas do comboio que, segundo os calculos, devia transportar os representantes do Município, a massa popular avolumava-se a caminho da estação.

Ouvir-se-ia a música, deviam estrealhar os foguetes e repicar festivamente os sinos.

Era preciso fazer-se uma grande manifestação que calasse profundamente no ânimo dos homenageados. E de facto, muitos ali iam para darem expansão à sua alegria.

A outros movia-os a curiosidade nata; e havia até quem já imaginasse ouvir o som estridente dos clarins do regimento que voltava para Guimarães.

Mas... triste desengano! A vida, é bem certo, é cheia de ilusões. O comboio, cumprindo a sua missão, chegou à tabela, mas lá dentro não vinham os representantes do Município para receberem os cumprimentos dos amigos e ouvirem os vivas da multidão que os aguardava.

Um automóvel os transportara do Porto a Guimarães, e a essa hora já socegradamente contavam à família as peripécias da viagem.

Debalde ainda uma vaga esperança de que compareceriam no edificio da Câmara a satisfazer o interesse público passou pelo espirito dos mais crentes. Os senhores vereadores certamente fatigados do trajecto e querendo furtar-se às manifestações populares, preferiram guardar silêncio e ficar em suas casas.

E entretanto o povo já desanimado e desiludido debandava, conjecturando mil coisas, aventando hipóteses, sem ter conhecimento das coisas que em telegrama lhe foram prometidas.

Passara a hora do delírio e viera a reflexão.

Todos perguntavam—que há? Porque motivo não veem dizer-

Chega a ser atrevimento formar opinião pela ignorância.

Isto de toda a gente se julgar apta a meter o nariz aonde não foi chamada, além de ridículo é pícaro e grotesco.

Com franqueza: doi-nos o ter de emparceirar com *escribas* de pena fácil e de argumentação que não satisfaz cabalmente, muitas vezes até mancomunados com o ódio político, e, que, ao mais leve sopro, veem esparralhada a sua prosa no enfatuamento que os torna parvos.

Berram, clamam e gritam, e não sabem porquê!

Como boi em frente de palácio, olham tudo aquilo sem o mais leve atrepto de conhecimentos, desconhecedores das mais elementares regras da Arte ou da Topografia, e, para darem-se ares de quem percebe, vá de matraquear aos nossos ouvidos com o estafado estribilho: «E' pequeno! Gastam-se rios de dinheiro! E' um crime!» etc., etc. No propósito de esclarecer a opinião pública, entendemos dever ouvir de viva voz o autor do projecto de alargamento da cidade, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Capitão Luís de Pina, convencidos como estamos de que é, em Guimarães, a única creatura indicada para falar sobre o assunto, mau grado e embora custe aos *ll* que arrogantemente se alcandoram em criticos e profetas.

Recebidos gentilmente, perguntamos:

—Que nos diz V. Ex.<sup>a</sup> a sobre a *engenharia amadora e indigena* do novo bairro da cidade, em volta dos novos Paços do Concelho?

—Nada. Os *engenheiros e architectos*, que, louvado seja Deus, são tantos nesta infeliz terra, é que lhe podem responder. Eles é que sabem tudo, tudo mediram, tudo estudaram, e aí os tem a puchar cada um para o seu lado. Que quer? Não conhece aquele ditado: «Quem a casa faz na praça pública a muito se aventurou: uns porque ficou alta; outros porque baixa ficou»? Não, tenha paciência. Estavamos bem arranjados se tivéssemos de responder

—nos quais os favores concedidos a Guimarães? E ninguem atinava com a resposta.

A ausência dos senhores comissionados seria propositada? Não haveria rialmente comunicações de vulto a fazer que podessem alimentar o entusiasmo que o telegrama despertou? Ou tratar-se-há de um segredo de estado que não seja dado a nós profanos conhecermos?

Quem sabe se afinal Guimarães continuará votada ao desprêso, sem que ninguem encare a sério os seus momentosos problemas? Não somos pessimistas, mas o silêncio da hora presente é despertador de tristes conjecturas e por mais que perguntamos—que há?—ninguém sabe responder-nos.

dos novos Paços do Concelho

a todo o fiel audacioso que se mete a criticar aquilo do que nada percebe. «Não subas sapateiro...»

—Perdão! êsses criticos fazem opinião, e veja o caso dos novos Paços do Concelho. Começou-se a dizer que aquilo era pequeno, era acanhado; essa opinião tomou vulto e chegou-se ao caso picantesco da exposição das plantas no tapume do Toural e aos alvitres para dar à obra já feita outro destino.

—Mais uma razão para nada dizer. Pois se nem Marques da Silva, um architecto consagrado, glória do nosso país, único que foi premiado no estrangeiro, escapa à censura dos criticos baratos... como hei-de escapar eu, que só tenho a meu favor o muito que pela minha terra tenho trabalhado, dedicando a êsses trabalhos o máximo esforço, um estudo aturado e uma persistência que só o amor à terra pode gerar, a esta terra cuja recompensa é o que V. por várias vezes tem visto.

—Deixe lá a terra que não tem culpa dos seus maus filhos, e vamos ao assunto que nos interessa, justamente por se ver a sem razão dêsses criticos. A imprensa precisa orientar a opinião pública, e para o fazer necessita ouvir quem tenha conhecimento de causa, e êsse alguém, neste caso, é V. Ex.<sup>a</sup>. Diz-se, por exemplo, que a muralha da cidade, na estrada de Fafe, parece um muro de quinta, afirmando até alguém em letra redonda que ela está quasi soterrada até às ameias. Que responde a isto?

—Respondo que tudo isso é faltar à verdade e criar ditos que não tem espirito algum. O atêrro não é o que definitivamente deve subsistir. E' necessário submetê-lo à acção do tempo, às chuvas, para endurecer as terras que sempre dão de si, e só depois as cruzetas fazem o resto. Porque não protestam antes contra a ramadilha que se apoia às ameias da mesma muralha, quasi em toda a sua extensão, a roubar-lhe e a afrontar-lhe a sua graciosa como veneranda silhueta? Isso sim! Aquilo é que é *estética*... Porque não protestam contra o bocado da muralha dos anúncios, cojas pedras escuras pelos séculos deviam aparecer aos olhos de todos nós, com as respectivas ameias restauradas, a atestarem, ali, a sua impenitência de outr'ora, ali onde a configuração do terreno pôde subtrai-la às exigências da urbanização?

Toda essa celeuma tem origens reservadas, concernentes a criar ambiente para evitar alinhamentos e cotas de nível impostas pela regra e pela técnica, como se ainda hoje fôssem admissíveis aleijões como a casa saliente das Hortas e ruas em bêrço para poupar êste ou aquele interessado. As artérias ligam-se entre si em traneis retos, aos quais tem de obedecer os seus cruzamentos. Mais do que a nossa vontade mandam os instrumentos topográficos e a configuração dos terrenos. A rua de Serpa Pinto, que arrojadamente rompeu a muralha que abafava a

cidade a Nascente, foi o ponto de partida para o novo bairro, como não podia deixar de ser. Justamente para não afectar demasiadamente a altura da muralha, desce-se 0,5 metro à rua para o lado da Praça Municipal e conseguiu-se 0,6 de diferença de nível no perfil longitudinal do edificio municipal, o que, somado a 0,40 de rampa entre êste e a esquina da muralha, dá 1,5 metros, o máximo tolerável. Pois quer V. saber até onde chega o critério dos criticos baratos? Achavam que o edificio ficava enterrado, era o termo, e apesar disso, acham que a muralha está um muro de quinta. Calcule V. o que sucederia se o edificio tivesse ficado mais *desenterrado*, o tal metro que alvitavam os mestres! Era um metro mais de atêrro a soterrar a muralha, com a agravante de tornar mais forte o declive das 3 avenidas!

Mas há mais: a avenida da estrada de Fafe, dizem os *entendidos*, devia ir direita até ao Paço dos Duques de Bragança, que o edificio da Câmara devia ter ficado, para êsse efeito, mais para o nascente. Ignoram essas pindéricas creaturas que a diferença de nível entre o fundo da mesma estrada e o angulo Sul dos referidos Paços é de 40 metros e que a linha que une êstes dois pontos passaria pela base das ameias do angulo da muralha que voltava para a Praça Municipal! e que dêste angulo à esquina Sul dos Paços dos Duques há uma diferença de nível de 20 metros, e que daria uma rampa de 18%. Esta dificuldade é resolvida com o acesso pela rua de Santa Cruz e pela curva que do mesmo Paço deve terminar nessa rua.

—São interessantes essas revelações...

—São. Mas que quer? Nunca ouviu dizer que a ignorância é supinamente atrevida? Calcule: *uma avenida a passar pela base das ameias da muralha devia ficar uma obra limpa*. «E levanta-se um padeiro a meia noite...!»

E como percebêssemos que Sua Ex.<sup>a</sup> procurava já afazerer, despedimo-nos para não importunar, satisfeitos da bela lição que nos foi dado ouvir. Dissemos para com os nossos botões: não há que roubar tempo a quem, além do cargo de engenheiro, ocupa ainda os de capataz, de chefe dos cantoneiros e de amanuense da Repartição das Obras da Câmara de Guimarães, por uns magros escudos iguais aos que qualquer servente de escola recebe, por um trabalho material e sem responsabilidades de critica. A explicação estava dada. Quem quizer que a compreenda. Melhor muito melhor do que a dos articulistas... de Guimarães, e bem fundamentada. Comparando, chegamos a esta conclusão rápida: *mil vezes preferível o que se está a fazer do que a avenida—dissidente que, partindo da rua de Paio Galvão, ia romper a muralha pelo meio e terminar na estrada de Fafe com uma ponte-pênsil, talvez...*

Repórter L.

Não nos consta que tenham sido tomadas as devidas providências quanto à sua saída para fóra do concelho. Os malditos açambarcadores ou regatões—como lhes queiram chamar—não deixam de continuar a sua obra de cataclismo e de miséria, obra criminosa e deshumana, que deve ser, como já o dissemos aqui, punida com o máximo rigor. Enquanto assim não se fizer, não haverá meio de pôr um dique á voracidade dêstes malvados, que são o maior flagelo dos pobres.

Mas pergunta-se: a quem compete remediar este mal? Evidentemente ninguém o ignora, desde que estamos numa terra, sede de concelho, onde há, além de outras autoridades, um Administrador.

Se a acção desta autoridade não fôr enérgica e decisiva, relativamente ao que se passa com o preço do milho, não sabemos o que virá a suceder, visto que a fome não tem lei—como dizem aqueles que são vítimas dela.

Por isso, mais uma vez chamamos a atenção de quem deve providenciar; se a indiferença continuar, o milho será, dentro de pouco tempo, vendido por um preço incompatível com os mínguados recursos da classe operária. Mãos à obra, e metam-se na cadeia os assassinos dos pobres—os açambarcadores.

E' o que não é...

Há certas criaturas—vulgarmente conhecidas por *espíritos de contradição*—que chamam a uma pedra um pau; outras dizem que um espêto se parece com a forma da terra; outras são de opinião de que uma laranja tem a forma rectangular; outras asseveram que um ovo é mais um quadrado do que um oval; outras defendem a extravagante ideia de que a uma mesa de sala de jantar devia chamar-se uma vaca leiteira...; outras não acreditam que o cavalo branco de Napoleão fôsse branco e dizem que era côr de burro a fugir; enfim, outras—mas estas em número muito reduzido—não concordam com os escritos de M. de M. últimamente publicados neste jornal.

—Que fazer-lhes? Aturá-las com paciência, sermos humanos para com elas e dispensar-lhes os nossos serviços, mas com a caridade precisa...

São nossos semelhantes—embora com uma mania especial—por quem devemos ter a consideração devida.

PIPI.

Este número foi visado pela Comissão de Censura

Uma opinião

(Retardado na Redacção)

O que diria o senhor B. B. se fôsse entrevistado:

\*

— Então que se faz senhor B. B.?

— Isto, o que se vê; aqui substitui-se uma vareta; acolá um pano; além uma mão, e assim sucessivamente, até à substituição radical — que é fazer tudo novo.

— Pois muito bem; vou dizer-lhe o que me trás aqui:

Gostaria que o sr. B. B. me dissesse a sua opinião acerca daquela local "Parabens", publicada no último número da "A Velha Guarda", — onde o sr. M. de M. fala da sua apreciada língua...

— Olhe! As referências desse senhor nem me causaram indignação nem me deram prazer; li, e não fiz caso, porque isto de dar sorte é muitas vezes pior do que ouvir e calar...

— Mas ouça, meu amigo, não percebo bem o que quer dizer; então não leva a mal que lhe chamem **línguareiro mor**?

— Não, senhor; não levo a mal porque sei que é um defeito que eu tenho — apontado por muita gente de bem; reconheço que devia falar menos e mais acertadamente, mas é um mau hábito que, infelizmente, não posso corrigir...

— Sim, sim; lá diz o ditado que... homem velho não toma andadura... Todavia, o sr. que é um homem regular e que tem uma esposa que é uma boa creatura, muito digna e muito virtuosa, deveria — mesmo para não lhe causar desgostos — ser um pouco mais comedido e cauteloso com a língua, porque, como sabe, nunca nos devemos utilizar dela como arma de defesa...

Falar de tudo e de todos, é próprio de certas mulheres, às quais, na minha terra, chamam "mulheres do soalheiro".

— Reconheço tudo isso, meu amigo, mas... mal que o bérço dá, a tumba o leva...

— Ainda bem que o sr. B. B. é, sob este ponto de vista, um homem razoável, porque conhece os seus defeitos; só é pena não poder corrigir-se deles...

— De facto, assim é; porém, não é tanto como diz o sr. M. de M., nem eu compreendo o que elle quer dizer relativamente ao **Motor Electrico de 20 H. P.**

— Então não atingiu?  
— Não atingi, e se a isso pode chamar-se ignorância, tenho eu próprio, de me alcinhar de ignorante... Não sei o que venha a ser 20 H. P.

— Ora essa! a explicação é fácil: Quere dizer o sr. M. de M. que a força da língua do sr. B. B. é quasi igual à força de **20 cavalos**.

— Mas como pode ser isso, se a minha língua é para um **cavalo só**?!

— Perdão! tem razão; o sr. M. de M. foi quem se enganou, visto que o sr. B. B. não pode ter língua para tantos cavalos!...

— Estamos, pois, de acôrdo não é verdade? — Plenamente.

Dr. Mariano Felgueiras

Em agradecimento ao telegrama de felicitações que um grupo de seus admiradores lhe enviou para Paris, por motivo da passagem do seu aniversário natalício, respondeu este nosso valoroso correligionário e prestioso presidente da Comissão Municipal do P. R. P. em Guimarães, com a seguinte carta:

Paris, 9 de Fevereiro de 1929.

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Abel de Vasconcelos Cardoso — Guimarães.

*Penhoram-me extremamente as felicitações que me são dirigidas em telegrama d'ontem, de que o meu querido Amigo é o primeiro signatário.*

*A todos abraço muito affectuosamente, com firme e bem fundamentada esperança de que, já agora, não passará muito tempo mais sem que, pessoalmente e a um por um, me seja possível manifestar-lhes toda a minha gratidão.*

*Creia-me com a mais viva estima*

am.<sup>o</sup> cor.<sup>o</sup> mt. grt. e obr.<sup>o</sup>

Mariano da Rocha Felgueiras.

\*

Vários amigos, ficaram pesados por não terem sido convidados a assinar o telegrama acima referido, e assim, sabemos que alguns se lhe dirigiram particularmente, quer por carta, quer por telegrama, a felicitá-lo pelo seu aniversário.

Para os pobres

Dos Srs. José Maria Leite Guimarães e Belmiro da Cruz Leite, em sufrágio da alma de seu saudoso pai, o Sr. Bento José Leite, recebemos a quantia de vinte e cinco escudos, para distribuímos pelos pobres.

Contemplamos com 2500 cada um: Antónia Torres; Domingos Nêna e Maria Resmungôna, da rua Trindade Coelho; Rosa Sofia da rua Francisco Agra; Francisco Sousa, da Avenida C. dos Reis; Maria Emilia d'Oliveira e Henriqueta Dias, do Largo dos Duques de Bragança; Rosalina Fernandes, da rua Dr. José Sampaio; Domingos Paulo, da rua Elias Garcia e Benta Maria, do lugar da Pêzada, Azutem.

Em nome dos contemplados, os nossos melhores agradecimentos.

CASA DAS GRAVATAS

Chapelaria, Camisaria e Gravataria.

Meias, pingas, suspensórios e ligas.

Sempre grandes novidades.

Dias & Carvalho, Limitada

Rua da Republica, 43 a 47 — GUIMARÃES

— E para terminar, peço-lhe a fineza de dizer ao sr. M. de M. que me deixe em paz, porque do contrário solto-lhe a minha **"Parauta"** às canelas... — Sim senhor, esteja sossegado e muito obrigado por me aturar.

S. M.

Ecos do movimento de 3 de Fev.<sup>o</sup>

Julgamento de alguns officiais do B. M. n.º 2

Foram julgados no dia 14 do corrente, neste tribunal, da cidade do Porto, por motivo dos acontecimentos de Fevereiro de 1927, os seguintes senhores: a revelar o major Miguel Ferreira; presentes os tenentes Carlos Coelho, António Rodrigues, José Campos de Carvalho; alferes Joaquim Caldas e 2.º sargento Joaquim Ribeiro.

O defensor officioso Sr. cap. Esteves ao referir-se aos Srs. tenentes Antonio Rodrigues, José Campos de Carvalho e alferes Caldas, disse que a sua attitude era digna de todo o elogio, pois apesar de se encontrarem no banco dos reus, não considerava crime, o terem defendido a República, motivo porque assumiam a inteira responsabilidade dos seus actos e dispensavam a defesa.

O Sr. Dr. Eduardo de Almeida, patrono do Sr. tenente Coelho, referiu-se tambem á maneira como este se confessava réu, porque estava convencido que tinha cumprido um dever, conforme compromisso de honra que tomou ao ascender ao posto de official; referiu-se mais á lei de 30 de Abril de 1912, que não foi feita para castigar republicanos, mas sim os inimigos da República.

Aproveitou a ocasião para falar do Sr. major Miguel Ferreira, que não está presente para se defender, mas a quem Sua Ex.<sup>a</sup> conhece muito bem, como um cidadão digno, de carácter, e com qualidades mais que suficientes para assumir toda a responsabilidade dos seus actos.

O Tribunal condenou o primeiro em 18 meses de prisão correcional, e em igual tempo de multa a 10000 por dia; o segundo, terceiro e quarto, em seis meses de igual pena, igual tempo de multa a 5000 por dia; o quinto em cinco meses de prisão correcional, e igual tempo de multa a 5000 escudos; e o sexto absolvido.

EDITAL

Doutor António Coelho da Mota Prego, administrador do Concelho de Guimarães.

Faz público que, para os devidos efeitos e para cumprimento do artigo 8 do Decreto n.º 8.364 de 25 de Agosto de 1922, a esta secção administrativa da Câmara baixou o edital da Circunscrição Industrial, que é do teor seguinte:

**Eu, José dos Santos Salvador Viegas, Engenheiro-chefe da 1.ª Circunscrição Industrial.**

Faço saber que Alberto Rodrigues de Figueiredo & Filhos pretendem licença para estabelecer uma tecelagem, fição, tinturaria e serralharia no local de Pevidem, freguesia de S. Jorge de Selho, concelho de Guimarães, distrito de Braga, confrontando ao norte com Terrenos do requerente, sul com Estrada de Pevidem, nascente com João Mendes Ribeiro & F.<sup>os</sup> sul e poente com Doutor Meneses.

E como o referido estabelecimento industrial se acha compreendido na tabela 1 anexa ao regulamento das indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas, aprovado pelo decreto n.º 8.364, de 25 de Agosto de 1922, sendo um estabelecimento de 2.ª classe com os inconvenientes de fumos nocivos, encações, inquinações das águas, trepidação, barulho, poeiras, trabalho insalubre e perigo de incendio são, por isso e em conformidade com as disposições do mesmo decreto, convidadas todas as pessoas interessadas a apresentar, por escrito, na 1.ª Circunscrição Industrial, com sede em Porto, rua Sá da Bandeira n.º 142-2.º as suas reclamações contra a concessão da licença requerida, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação deste edital, podendo na mesma Repartição ser examinados os

trepidação, barulho, poeiras, trabalho insalubre, e perigo de incendio são por isso e em conformidade com as disposições do mesmo decreto, convidadas todas as pessoas interessadas a apresentar, por escrito, na 1.ª Circunscrição Industrial, com sede em Porto, rua Sá da Bandeira n.º 142-2.º as suas reclamações contra a concessão da licença requerida, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação deste edital, podendo na mesma Repartição ser examinados os

Porto e Secretaria da 1.ª Circunscrição Industrial, 25 de Janeiro de 1929.

O Engenheiro-Chefe,  
J. Salvador Viegas.

E' que se contém no referido edital.

Guimarães, secção administrativa, aos 6 de Fevereiro de 1929.

E eu, José Fernandes Ribeiro Gomes, chefe da secção administrativa, o escrevi.

António Coelho da Mota Prego.

EDITAL

Doutor António Coelho da Mota Prego, administrador do Concelho de Guimarães.

Faz público que, para os devidos efeitos, e para cumprimento do artigo 8 do Decreto n.º 8.364 de 25 de Agosto de 1922, a esta secção administrativa da Câmara baixou o edital da Circunscrição Industrial, que é do teor seguinte:

**Eu, José dos Santos Salvador Viegas, Engenheiro-chefe da 1.ª Circunscrição Industrial.**

Faço saber que João Mendes Ribeiro & Filhos pretende licença para estabelecer uma fábrica de tecelagem, fição, tinturaria e serralharia na Estrada de Pevidem, freguesia de S. Jorge de Selho, concelho de Guimarães, distrito de Braga, confrontando ao norte e sul com terrenos do requerente, nascente com caminho público e terrenos do requerente, poente com Fábrica de Figueiredo & Filhos e terrenos do requerente.

E como o referido estabelecimento industrial se acha compreendido na tabela 1 anexa ao regulamento das indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas, aprovado pelo decreto n.º 8.364, de 25 de Agosto de 1922, sendo um estabelecimento de 2.ª classe com os inconvenientes de fumos nocivos, encações, inquinações das águas, trepidação, barulho, poeiras, trabalho insalubre e perigo de incendio são, por isso e em conformidade com as disposições do mesmo decreto, convidadas todas as pessoas interessadas a apresentar, por escrito, na 1.ª Circunscrição Industrial, com sede em Porto, rua Sá da Bandeira n.º 142-2.º as suas reclamações contra a concessão da licença requerida, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação deste edital, podendo na mesma Repartição ser examinados os

Educação e Instrução

Quando falamos em educar e instruir, sentimos a consolação de recordar duas palavras que tantas vezes ouvimos — quando ainda crianças — pronunciadas por nossos Pais. De facto, só a instrução e educação — intimamente unidas — podem formar bons caracteres e boas consciências, qualidades indispensáveis ás criaturas que constituem a sociedade boa, a sociedade digna, a sociedade honesta, a sociedade incorrupta, a sociedade limpa, enfim a verdadeira sociedade. Educar e instruir são deveres sagrados, que competem a todos nós e que nos devem merecer a maior e a mais cuidadosa atenção. A falta ou desleixo que muitos Pais tem de não dotarem os seus filhos com o delicioso nectar duma instrução e educação — pelo menos — regulares, uma vez que uma e outra não possam ser completas, é considerado um crime, mas um crime imperdoável!

Quantos males e quantas contrariedades não se poderiam evitar se a sociedade fosse a que deve ser? Infelizmente, não se tem compreendido — não obstante os exemplos reveladores dessa falta — o prejuizo que acarrecta a insuficiência de educação e de instrução, ou vice-versa. Não temos necessidade de sair fora da nossa pequena terra, para verificarmos — com mágua — a veracidade destas afirmações!

Da estatística criminal não constariam tantos e tão diferentes crimes — alguns verdadeiramente horribos — se fizéssemos da causa educativa e instrutiva a nossa maior e mais sublime aspiração.

António de Almeida

Retira brevemente para a Africa Oriental, este nosso presado amigo e dedicado correligionário.

Um grupo dos seus numerosos amigos e a Associação dos Empregados do Comércio, querendo manifestar-lhe o seu reconhecimento pelos relevantes benefícios prestados a esta colectividade, durante alguns anos que, desinteressadamente a serviu, como presidente da sua Direcção, ofereceram-lhe um banquete de homenagem, que se realiza na próxima quarta-feira, 20, ás 20 horas, no Hotel Paulino.

A inscrição encontra-se aberta na séde da Associação.

Ferro T para ramadas.

Arame alemão, garantido.

Não comprem sem confrontar preços na casa

**PEDRO DE MOURA**

Rua de D. João I.º, 91,

A's Senhoras!...

Meias baratas, só na

«Casa das Gravatas»

desenhos e mais documentos juntos ao processo.

Porto e Secretaria da 1.ª Circunscrição Industrial, 25 de Janeiro de 1929.

O Engenheiro-Chefe,  
J. Salvador Viegas.

E' quanto se contém no referido edital.

E eu, José Fernandes Ribeiro Gomes, chefe da secção administrativa o escrevi.

António Coelho da Mota Prego.